



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1001047-55.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Monitória - Cédula de Crédito Bancário**  
 Requerente: **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde da Região Centro Paulista - Unicred**  
 Requerido: **MARCOS ANTONIO FREITAS**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde da Região Centro Paulista - Unicred** move ação em face de **Marcos Antonio Freitas**, dizendo que firmou com o réu contrato de financiamento no valor de R\$ 24.300,00, tendo dado em garantia fiduciária o veículo marca FIAT, modelo PALIO FIRE, ano fab./mod. 2011/2012, placas EYR-3449, chassi 9BD17106LC5776400. O réu inadimpliu as obrigações contratuais e a autora lhe propôs ação de busca e apreensão que tramitou pela 3ª vara cível local, feito nº 0017393-35.2013.8.26.0566. Recuperou o veículo, pagou as pendências que sobre ele recaiam e o alienou a terceira pessoa. Abateu o produto da venda no total da dívida do réu, havendo ainda a sobra de débito da ordem de R\$ 17.142,70. Pede a expedição de mandado de pagamento para que o réu promova a liquidação da dívida pendente, com os acréscimos legais. Ao final pede a procedência da ação monitória, constituindo em favor da autora o título executivo judicial, acrescido dos ônus da sucumbência. Exibiu documentos com a inicial.

O réu ofereceu embargos ao pedido monitório alegando abusividade de cláusulas contratuais, já que a embargada dele exigiu encargos remuneratórios e moratórios excessivos. O valor pretendido pela embargada é resultado da aplicação das cláusulas abusivas, que afrontam o § 3º, do art. 192, da Constituição Federal, bem como a Súmula 121, do STF. Pede a procedências dos embargos para compelir a embargada a se abster de negativar o nome do embargante em cadastros restritivos de crédito, bem como declare a abusividade do critério da capitalização de juros, eliminando-se as taxas excedentes a 12% ao ano, vedando a cumulação dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

encargos moratórios, compelindo-a a lhe repetir o indébito.

A embargada impugnou os embargos dizendo que os juros moratórios podem ser aplicados acima dos 12% ao ano, a capitalização dos juros é plenamente admitida pelo contrato em pelo ordenamento jurídico. As cláusulas contratuais não se ressentem de abusividade alguma. Pela rejeição dos embargos monitórios.

Debalde a tentativa de conciliação.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

A embargada propôs ação de busca e apreensão do veículo dado em garantia fiduciária no contrato que consta dos autos, demanda essa que tramitou pela 3ª vara cível local, feito nº 0017393-35.2013.8.26.0566. A embargada desistiu dessa ação, o que foi objeto de sentença homologatória proferida por aquele Juízo com fundamento no inciso VIII, do art. 267, do CPC. É fato incontroverso que a embargada, na via extrajudicial, retomou a posse direta do veículo da garantia fiduciária e o alienou em leilão, conforme fl. 46, por R\$ 16.000,00, em 11.10.2013. Não consta que esse valor tenha sido pago em parcelas .

A embargada solveu as pendências existentes sobre o veículo da garantia, conforme fl. 47, em 23.10.2013, no importe de R\$ 3.058,82, compreendendo IPVA de 2012/2013, DPVAT 2012/2013, taxa de licenciamento de 2012 e multas por infração à legislação do trânsito, débito esse constituído pelo embargante.

A embargada exibiu os extratos de fls. 53/55 e identificou o débito do embargante em 22.07.2013 (fl. 55) da ordem de R\$ 22.020,78. Surpreendentemente, a embargada capitalizou juros de inadimplência no período entre 22.07.2013 e 23.10.2013 da ordem de R\$ 8.333,82. Não bastasse isso, cobrou ainda os seguintes encargos: multa por inadimplemento: R\$ 96,21; correção monetária: R\$ 253,22. Total de encargos cobrados naquele período: R\$ 8.683,25.

A cédula de crédito bancário de fls. 35 e seguintes indica que os juros remuneratórios foram estabelecidos em 0,55% ao mês ou 6,80% ao ano; os juros moratórios de 12% ao ano e multa de 2%. À fl. 35 consta que os juros remuneratórios para os períodos de inadimplência seriam de 13% ao mês ou 333,45% ao ano.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A embargada aplicou abusivamente os juros no período do inadimplemento (entre 22.07.2013 e 23.10.2013), porquanto aplicou taxas mirabolantes (13% ao mês ou 333,45% ao ano), capazes de desmerecer até o milagre bíblico da multiplicação de pães e peixes. Esse critério afrontou a Súmula 296, do STJ. Razoável que os juros da inadimplência nesse período se restrinjam aos previstos no contrato, para a remuneração do financiamento, quais sejam, 0,55% ao mês, com capitalização mensal.

A embargada aproveitou os R\$ 16.000,00 da venda do veículo, imputando-os como pagamento parcial da dívida, conforme lançamentos ocorridos em oito partidas de crédito efetuadas em 23.10.2013, que atingiram o importe de R\$ 13.201,13, que acrescido dos valores pagos pela embargada à fl. 48 (R\$ 3.058,82), atinge R\$ 16.259,95. Houve até um pequeno excesso em prol do embargante (R\$ 259,95) desses lançamentos a crédito. Entretanto, os abusos cometidos pela embargada foram gritantes.

A capitalização mensal dos juros remuneratórios tem previsão expressa no contrato exequendo, daí a sua exigibilidade. Nesse sentido o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, no REsp 973.827, julgado segundo o rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C, do CPC): "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da MP nº 1963-17/2000 (em vigor como MP 2170-36/2001), desde que expressamente pactuada." No mesmo julgamento, foi firmada a seguinte tese para os efeitos do art. 543-C, do CPC: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada."

Os juros remuneratórios foram contratados à razão de 0,55%, o que encontra supedâneo na Súmula 596, do STF. O § 3º, do art. 192, da Constituição Federal, foi revogado há muitos anos, razão da Súmula Vinculante nº 7, do STF: "A norma do § 3º, do art. 192, da Constituição Federal, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de Lei Complementar". Observo que referida súmula não tem sequer aplicabilidade na espécie por conta de que os juros remuneratórios foram à taxa de 0,55% ao mês.

Não houve cumulação de correção monetária com comissão de permanência. Plenamente possível a cumulação dos juros moratórios de 1% ao mês (sem capitalização mensal) com a multa de 2%.

Imperioso o expurgo dos excessos verificados entre 22.07.2013 e 23.10.2013, a título de juros por inadimplência que devem ser reduzidos para: 0,55% ao mês, juros moratórios



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

de 1% ao mês e multa de 2% (esta aplicável por uma única vez).

Simples cálculo a ser elaborado nos moldes do art. 475-B, do CPC, eliminará o excesso verificado entre 22.07.2013 e 23.10.2013, aproveitando-se os oito lançamentos a crédito efetuados no dia 23.10.2013, no importe de R\$ 13.201,13.

Enquanto não transitar em julgado esta sentença, não é dado à embargada manter o nome do embargante em cadastros restritivos de crédito. É que até agora a embargada não dispõe de crédito líquido, certo e exigível, não podendo, assim, essas negativações persistirem nesta fase de conhecimento. Defiro a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para determinar o cancelamento do nome do embargante no SCPC, Serasa e no SISBacen. Autorizo a expedição de ofício, imediatamente, para esses três destinatários cancelarem as negativações feitas pela embargada em prejuízo do embargante.

**JULGO PROCEDENTES EM PARTE** os embargos ao pedido monitorio para determinar que do valor pretendido pela embargada (R\$ 17.142,70), serão expurgados os excessos especificados no antepenúltimo e penúltimo parágrafos da fundamentação desta sentença, o que deverá ser feito conforme o art. 475-B, do CPC. Sobre a diferença apurada, da responsabilidade do embargante, incidirão correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde 23.10.2013. Houve recíproca sucumbência, por isso cada parte arcará com o custo de seu advogado. Custas *pro rata*. O embargante é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, por isso isento-o do pagamento das custas que lhe foram imputadas. Concedo a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para determinar o cancelamento do nome do embargante no SCPC, Serasa e no SISBacen. Autorizo a expedição de ofícios, imediatamente, para esses três destinatários cancelarem as negativações feitas pela embargada em prejuízo do embargante.

P.R.I.

São Carlos, 25 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**